

**ATA 2613ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA** Aos catorze dias do mês de setembro do ano de 2016, às nove horas e cinquenta minutos, teve início em sua Sede, na Praça da República, nº 53, a segunda milésima sexcentésima décima terceira Sessão Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Educação, sob a Presidência da Conselheira Bernardete Angelina Gatti. Compareceram os Conselheiros Ana Amélia Inoue, Débora Gonzalez Costa Blanco, Décio Lencioni Machado, Francisco Antonio Poli, Francisco de Assis Carvalho Arten, Ghisleine Trigo Silveira, Guiomar Namó de Mello, Hubert Alquéres, Jacintho Del Vecchio Júnior, Jair Ribeiro da Silva Neto, João Otávio Bastos Junqueira, José Rui Camargo, Laura Laganá, Luís Carlos de Menezes, Maria Cristina Barbosa Storópoli, Maria Elisa Ehrhardt Carbonari, Maria Lúcia Franco Montoro Jens, Roque Theóphilo Júnior, Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede e Sylvia Figueiredo Gouvêa. **01.** Não houve discussão de Ata. **02.** Justificaram a ausência os Conselheiros Francisco José Carbonari, Priscilla Maria Bonini Ribeiro e Rose Neubauer. **03. AVISOS E COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:** a) o Vice-Presidente, **Cons. Francisco Antonio Poli**, esteve representando a Presidência na visita à Central de Distribuição da Alimentação Escolar do Estado de São Paulo, em Cajamar, no dia 08 próximo passado. A **Presidência** passou a palavra a ele para que o mesmo fizesse um relato sobre essa visita. O Cons. Francisco Poli disse que a visita foi bem interessante e decorrente de uma solicitação feita por cinco deputados da Assembleia Legislativa, em virtude da acusação de que os alimentos da merenda escolar não estavam sendo devidamente armazenados. Acompanharam a visita o Senhor Secretário de Estado da Educação, o Senhor Presidente do Conselho do Controle da Merenda Escolar, uma deputada e alguns técnicos envolvidos. Comentou que o sistema funciona muito bem - é tudo muito bem feito, bem controlado, tudo informatizado, tudo extremamente profissional, mas o que impressiona é o grau de eficiência desse tipo de trabalho, ao mesmo tempo que também impressiona o grau de desnecessidade de algo desse tipo. Disse considerar um absurdo centralizar a merenda em Cajamar para depois distribuir para todo o estado de São Paulo, que essa logística precisa ser revista e que é preciso descentralizar. Disse, ainda, que alguém questionou se as ETECs recebiam alimentos da Secretaria. A **Consª Débora Gonzalez Costa Blanco** relatou que em São Carlos, a merenda é centralizada, e que em complementação aos gêneros alimentícios que a SEE envia para as escolas, os diretores recebem verba, chamada PEME, para efetuar suas próprias compras de hortifrutigranjeiros. Assim é possível adequar as compras ao paladar dos alunos. Quanto aos enlatados disse que, nos estoques há enlatados como em qualquer casa, ou seja molho de tomate, sardinha etc. Disse também que recebem peixes, carne em cubos, frangos congelados para o preparo na própria escola, ou seja não são carnes pré-cozidas. A **Consª Laura Laganá** disse que tem alunos que moram nas agrícolas e o Centro Paula Souza contrata a alimentação. Informou que antes não era assim: havia cozinheiras, a escola produzia seus alimentos e os produtos eram consumidos pelos alunos, até que teve um momento em que o estado disse que teria que ser terceirizado. Hoje contratam a merenda, alguns prefeitos até dão a merenda fria, mas a refeição quem paga é o Centro Paula Souza. Comentou que é feita uma solicitação aos fornecedores para que comprem alimentos que a escola produz e, não é a SEE que entrega a merenda nas escolas agrícolas. O **Cons. Luís Carlos de Menezes**, com relação à parte centralizada e descentralizada de gestão da rede, das escolas e diretorias de ensino, disse ter a impressão de que é preciso articular a descentralização com a gestão local. A ideia encaminhada à SEE, pela Comissão de Políticas Públicas, de fazer com os Conselhos de Escola tivessem uma função consultiva, é essencial para que na gestão da escola, tanto nos aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos tivesse uma presença real da comunidade (alunos, pais de alunos, professores, etc.). Disse que os comentários que o Cons. Poli fez lhe parecem justos, pois, algumas coisas devem mesmo ser descentralizadas. O Conselho Estadual de

1 Educação deve se dispor, juntamente com alguns órgãos da Secretaria de Estado da  
2 Educação e fazer um repensar do que tem que ser centralizado ou não e daquilo que é  
3 considerado dispêndio. b) a Presidência comunicou que a visita à E.E. Irene Ribeiro  
4 está confirmada para amanhã, mas que infelizmente não poderá ir porque viajará para  
5 Dracena, onde fará palestra de abertura do evento da Associação dos Institutos  
6 Municipais do Ensino Superior no Estado de São Paulo – AIMES. O **Cons. Francisco**  
7 **de Assis Carvalho Arten** informou que estará presente no evento da AIMES. Disse  
8 que esses encontros têm sido constantes e que cada encontro é um aprendizado  
9 diferente e que posteriormente enviará a todos os Conselheiros um relato com  
10 considerações sobre tudo que foi tratado lá. O **Cons. Jair Ribeiro da Silva Neto**  
11 informou que o pessoal da E.E. Irene Ribeiro está super animado e preparado para  
12 receber a visita dos membros do CEE. Disse ter enviado por email para todos os  
13 Conselheiros os resultados da Escola no IDESP e IDEB. A Escola estava num patamar  
14 razoável, era uma ETEC de período integral de turno e contraturno e, no último ano,  
15 adotou o modelo de Escola de Período Integral, que a Cons<sup>a</sup> Ghisleine Trigo Silveira  
16 coordenou pela Vanzolini, e com o desenvolvimento das habilidades socioemocionais,  
17 do programa Compasso, deu um grande salto e hoje tem um resultado acima de 7.0; c)  
18 foi confirmada a apresentação do Projeto de Localização de Crianças Desaparecidas  
19 para o dia 28/09; d) informou que foi constituída **Comissão Especial de Triagem**,  
20 composta pelos Conselheiros Francisco Antonio Poli e Jacintho Del Vecchio Junior e  
21 pelas servidoras Roberta Lelis Aguiar e Silvia Regina Polo da Cruz Felício, sendo  
22 presidida pelo primeiro. Compete à Comissão Especial de Triagem analisar  
23 previamente os processos distribuídos neste Colegiado, afim de verificar o  
24 preenchimento dos requisitos de tramitação processual e, ainda o seguinte: I – propor o  
25 arquivamento de processos quando estes não atenderem os requisitos para  
26 prosseguimento do pedido ou, quando provocado, o interessado deixar de manifestar-  
27 se no prazo assinalado; II – devolver o processo à origem quando não forem  
28 respeitadas as normas de tramitação de processos junto à Secretaria de Estado da  
29 Educação; III – diligenciar junto ao interessado no sentido de buscar esclarecimentos  
30 quanto ao pedido; IV – encaminhar os processos à Assistência Técnica ou diretamente  
31 às Câmaras nos casos de atendimento das normas do CEE; a resposta ao interessado  
32 quando se tratar de arquivamento, será prestada pela Presidência do Conselho. O  
33 prazo de duração da Comissão será até 31 de julho de 2017. A **Presidência** passou a  
34 palavra à Cons<sup>a</sup> Ana Amélia Inoue para que falasse sobre o andamento da Comissão  
35 que tem a finalidade de desenvolver estudos e apresentar nova proposta referente à  
36 inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. A **Cons<sup>a</sup> Ana Amélia Inoue**  
37 disse que foram feitas reuniões com algumas instituições e depois se reuniram com a  
38 equipe da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB, que fez algumas  
39 observações. Em seguida os Conselheiros Débora Gonzalez Costa Blanco e Jacintho  
40 Del Vecchio Júnior fizeram alguns ajustes e o texto foi novamente encaminhado a  
41 CGEB, para que observassem se todos os pontos foram contemplados. O Ministério  
42 Público também se manifestou e a Comissão pretende trazer o documento final na  
43 próxima sessão plenária. O **Cons. Jair Ribeiro da Silva Neto** sugeriu que se abrisse  
44 um espaço, na sessão para que se comentasse sobre os resultados do IDEB. Informou  
45 que o Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e  
46 matemática e no fluxo escolar e iniciou sua fala fazendo um elogio ao trabalho da SEE  
47 e da Cons<sup>a</sup> Ghisleine Trigo Silveira pelo fato de São Paulo ter conseguido o nº 1 do  
48 Ideb em todos os Ciclos. O grande destaque é para os anos iniciais, superando a meta.  
49 O fluxo se manteve praticamente igual e o que melhorou muito foi o desempenho. Em  
50 São Paulo o salto foi de 5,8 para 6,47 e melhorou tanto em língua quanto em  
51 matemática. Comparando os resultados do Ideb da rede estadual da cidade de São  
52 Paulo, apesar da estadual estar trabalhando com 1500 escolas de ciclo 1, apresenta  
53 um resultado ainda melhor do que do município de São Paulo, cujo salário dos

1 professores é 50% maior do que da rede estadual. Nos anos finais, São Paulo também  
2 melhorou em desempenho e fluxo, apesar de não ser atingido a meta. Os anos finais  
3 são os mais desafiadores para todas as redes não só no Brasil, mas no mundo. No  
4 ensino médio, onde a SEE conseguiu o nº 1, esse fato se deu em função da melhoria  
5 do fluxo ou seja, em termos de desempenho houve uma certa estabilidade. Há vários  
6 programas, que foram liderados pela Profª Ghisleine Trigo Silveira, que são legados  
7 importantíssimos de currículo, de provas bimestrais, de devolutivas, de foco  
8 aprendizagem que ainda não produziram efeitos. Comentou que o Senhor Secretário  
9 de Educação tem dado continuidade a esses projetos e ele (Cons. Jair) está muito  
10 otimista com relação aos resultados do IDEB de 2017. Fez um destaque ao  
11 desempenho do ensino médio em Pernambuco que saltou da 18ª posição em 2011  
12 para a 1ª posição em 2015, empatando com São Paulo. Informou que o Instituto  
13 Natura, o Sonho Grande e o ICE bancaram um estudo pela Bain, que é uma  
14 Consultoria Internacional de como fazer para que as redes possam universalizar o  
15 Programa de ensino integral sem que se tenha um rombo fiscal nas contas públicas.  
16 Consultou a Presidência sobre a possibilidade de uma apresentação sobre o assunto,  
17 no Pleno, e ficou agendado para o dia 19/10/2016. O **Cons. Jair Ribeiro da Silva Neto**  
18 solicitou que fosse destacado na Ata que esse Ideb foi feito em meio à bagunça da  
19 reorganização. Algumas escolas estavam “ocupadas” quando ocorreu a prova Brasil e  
20 o Saeb, portanto, foi uma vitória ter conseguido esses resultados. A **Consª Sylvia**  
21 **Figueiredo Gouvêa** disse compartilhar com o entusiasmo do Cons. Jair Ribeiro da  
22 Silva Neto e acha que as coisas estão melhorando muito. Foram descobertos novos  
23 caminhos como as habilidades socioemocionais e também o período integral. Uma  
24 coisa que escapa da análise da mídia e também de alguns professores é o fato de que  
25 uma criança que frequenta o ensino integral, nos anos finais do ensino fundamental,  
26 não teve o ensino integral nos anos iniciais do ensino fundamental e sendo assim não  
27 se pode esperar bons resultados. Seria importante essa divulgação na mídia pois um  
28 resultado positivo eleva a autoestima e produz efeitos satisfatórios. A **Consª Débora**  
29 **Gonzalez Costa Blanco**, sobre os resultados do Ideb, principalmente em São Paulo,  
30 disse que gostaria de parabenizar a **Consª Ghisleine Trigo Silveira** que teve um papel  
31 muito importante conduzindo a CGEB e tomando decisões muito acertadas. Comentou  
32 que São Carlos não é uma região municipalizada e que a maioria das escolas de anos  
33 iniciais pertencem ao Estado. Disse que não tem nenhuma escola de período integral  
34 e, mesmo assim, em relação aos índices publicados, teve uma média de 7.2; teve  
35 escolas que não figuraram nos jornais de grande circulação e atingiram 8.0; teve  
36 escolas que se entristeceram por não atingirem a média e pontuaram 7.4. Disse que  
37 até mesmo as escolas que foram prejudicadas por conta do movimento da  
38 reorganização pontuaram 5.1. O que mais foi considerado em relação a esse  
39 desempenho é que o Ciclo I tem o Projeto Ler e Escrever que é um programa de  
40 sucesso que foi implantado nas escolas e busca promover a melhoria do ensino em  
41 toda a rede estadual, mas ainda precisa ser estudado pelos professores. Quanto ao  
42 currículo, apesar de todos os esforços com a plataforma Foco e Aprendizagem e todo o  
43 aporte dado à rede, ainda há muita dificuldade para implantá-lo. O **Cons. João Otávio**  
44 **Bastos Junqueira** comentou ter participado, na semana passada, da celebração de  
45 um convênio entre o Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior de São Paulo e o  
46 Instituto Ayrton Senna e nesse encontro muitos dados relevantes e bem interessantes  
47 foram apresentados. O foco foi como as Instituições de Ensino podem de alguma forma  
48 auxiliar o ensino médio da rede pública. Sugeriu convidar o Prof. Mozart para  
49 apresentar o projeto com esses dados e integrar o Conselho com esse trabalho que o  
50 Instituto Ayrton Senna se dispõe a fazer. Comentou que há expectativa de que o MEC  
51 faça um edital de parceria público/privada de levar para dentro das instalações ociosas,  
52 num contra-período, para que alunos possam de alguma forma usar esses espaços,  
53 quando estiverem sem seus próprios alunos. A **Consª Ana Amélia Inoue** ressaltou, em

1 cima do que falou o Cons. Jair Ribeiro da Silva Neto, um fator fundamental que é a  
2 continuidade das políticas públicas. Disse que tem esperanças mas que é preciso ficar  
3 atentos para a questão da continuidade e das condições para se conseguir resultados  
4 satisfatórios. Exemplificou citando o resultado do Ceará no Ideb e disse que esse  
5 sucesso se deve à continuidade verdadeira das políticas que continuam inteiras e ao  
6 regime de colaboração efetiva. O **Cons. Luís Carlos de Menezes** disse que tem  
7 acompanhado experiências de escolas de período tempo integral e de outras que se  
8 tornaram referências e o grande diferencial é o pertencimento do professor na escola.  
9 Quando professor não tem um pertencimento real, vivência de projeto pedagógico, etc,  
10 ele acaba entrando num campo de alienação de difícil articulação. Uma outra questão é  
11 a formação inicial e continuada dos professores. Disse que viveu algumas décadas de  
12 uma formação “por soluços” ou seja: tira o professor da escola, dá um cursinho em  
13 qualquer faculdade e o devolve para a mesma condição e isso não tem funcionado. A  
14 associação das duas coisas: pertencimento à escola e a formação continuada do  
15 professor somada à problemática realmente vivida e com instituições que tenham essa  
16 seriedade, certamente farão a grande diferença. A questão do orçamento do custo  
17 também tem que ser feito com essa aviação de qualidade. A **Cons<sup>a</sup> Rosângela**  
18 **Aparecida Ferini Vargas Chede** com base nas falas das Cons<sup>as</sup> Ana Inoue, Débora e  
19 do Cons. Luís Carlos comentou que é necessário trabalhar as políticas públicas em  
20 cima dos resultados alcançados. Se numa rede de 5500 escolas, temos um conjunto  
21 de escolas públicas, numa diretoria que pode ser tida como estudo de caso, e temos  
22 uma amostragem significativada do que acontece de diferencial em termos de  
23 planejamento. Questionou que avaliações são essas, que indicadores são esses que  
24 podem servir de referencial para as escolas públicas. Com relação à ETE, apesar de  
25 ela estar sendo posta como uma meta, como um patamar a ser alcançado em termos  
26 de Metodologia, talvez demore mais tempo para atingir toda a rede. A sociedade sente  
27 falta de um conjunto de avaliações mais detalhado e mesmo esse cruzamento de  
28 dados relatado pela Cons<sup>a</sup> Débora tem que ser aprofundado para efeito de proposições  
29 e continuidade política. A **Cons<sup>a</sup> Guiomar Namó de Mello** disse que, depois de ouvir  
30 todas as falas que aqui foram feitas, gostaria de lembrar o seguinte: na Fundação  
31 Carlos Chagas, nos anos 70, foi feita uma reorganização quando a Secretaria de  
32 Estado da Educação teve que unir os 4 anos do ensino primário com os 4 anos do  
33 ensino ginásial. Foi feito um trabalho grandioso e naquele tempo não contava com  
34 recursos de informática que temos hoje. As unidades territoriais eram chamadas de  
35 unidades SAURA – nome de uma pessoa que trabalhava na assessoria de  
36 planejamento da SEE, que era a única pessoa que conhecia, de ver, todas as escolas  
37 do Estado de São Paulo. Nesse estudo foi constatado o óbvio – as escolas que tinham  
38 o período escolar mais estendido eram as que tinham alunos com melhor desempenho.  
39 Nesse período tínhamos escolas funcionando com 5 períodos diários, no auge da  
40 expansão quantitativa do ensino fundamental. Disse que considera muito interessante  
41 recuperar essa história pelo seguinte: há muito tempo que passar mais tempo útil na  
42 escola, melhora o desempenho. Nos dias de hoje, o que funciona, o que melhora a  
43 escola é a estabilidade das políticas públicas, é a gestão, é o currículo. O desempenho  
44 das escolas de São Paulo se deve ao grande esforço para se dar o mínimo de  
45 consistência à progressão e às metas de aprendizagem em cada série, em cada  
46 bimestre, em cada semestre, em cada ano, e em cada disciplina. Disse que há muito  
47 tempo isso está comprovado e, agora, se atribui a melhoria dos alunos ao ensino de  
48 tempo integral. Ressaltou o trabalho brilhante da Cons<sup>a</sup> Ghisleine Trigo Silveira, mas  
49 não acredita em bala de prata. Para ela o tempo integral não funciona. É um tempo  
50 adicional bom, importante, mas o que funciona é a continuidade, a política e a gestão  
51 pedagógica do tipo que a Cons<sup>a</sup> Ghisleine fez na Secretaria de Estado da Educação. O  
52 **Cons. Jair Ribeiro da Silva Neto** disse concordar com a Cons<sup>a</sup> Guiomar em tudo que  
53 ela disse. Trata-se de uma questão de semântica. Na verdade, quando se fala em

1 tempo integral se refere ao modelo que está sendo implementado em Pernambuco e  
2 em São Paulo e tem tudo a ver com o que ela citou. Comentou que nos modelos das  
3 ETEs, que tinha turno e contra-turno, não teve uma evidência empírica de que  
4 efetivamente deu resultado e que implica os aspectos que a Cons<sup>a</sup> Guiomar citou. A  
5 **Cons<sup>a</sup> Guiomar Namó de Mello** disse que o novo modelo é uma “sopa de pedras”,  
6 onde cada um acrescenta os ingredientes que considera importante. Segundo ela, o  
7 novo modelo nada mais é do que a escola que nós sempre achamos que deveria existir  
8 – o problema é como isto vai ser financiado. Comentou que se considerarmos que  
9 todos os ingredientes são importantes o que se tem que fazer é discutir o que se pode  
10 tornar mais austero nas despesas da Educação e de onde se pode tirar efetivamente  
11 recursos para se fazer uma boa escola. A Cons<sup>a</sup> Laura Laganá disse que seria  
12 interessante ao Ideb que se que envolvesse as escolas em tempo integral para poder  
13 ter esse estudo, esse resultado e essa comparação. A **Presidência** comentou que é  
14 preciso mudar o modelo de amostragem do SAEB e fazer uma amostragem  
15 estratificada. A **Cons<sup>a</sup> Débora Gonzalez Costa Blanco** comentou que na questão de  
16 indicar escolas para fazer as provas do Ideb e do ensino médio, ela tem uma grande  
17 preocupação porque a região onde ela atua é uma região onde tem universidades,  
18 universidade federal, Usp, uma região conhecida como a região que tem mais doutores  
19 por metro quadrado e, no entanto, coincidentemente, as duas escolas, situadas em  
20 regiões mais simples foram indicadas dois anos consecutivos e certamente não  
21 refletirão a realidade da região. A Senhora Presidente disse que o sorteio é aleatório e  
22 que se isso aconteceu deveria ter sido denunciado. A **Cons<sup>a</sup> Ghisleine Trigo Silveira**,  
23 levando em consideração tudo que foi dito pelos colegas Conselheiros que se  
24 manifestaram, disse que a administração tem que ter foco nas questões; foco no  
25 currículo; foco nas avaliações e na gestão de aprendizagem, com base nesses  
26 resultados. Comentou que o desafio é a questão do foco e da continuidade das  
27 políticas públicas. A mídia tem um hábito de ter um tom muito negativo quando se  
28 refere à escola pública mas, por outro lado, trabalha na exceção – bons resultados de  
29 iniciativas particulares costumam dar muita mídia e é um convite para que as  
30 secretarias percam o foco daquilo que realmente importa. Disse que tem muito canto  
31 de sereia para atrair a atenção das secretarias e das escolas e em nome desse canto,  
32 que é sedutor, e que muitas dessas notícias são veiculadas pela mídia, acredita que  
33 deve haver muita seriedade para que se consiga separar o joio do trigo. Comentou que  
34 já temos muitos elementos para dar as devidas prioridades para certos aspectos com  
35 os quais não se pode negociar. Informou que fez juntamente com sua equipe um  
36 trabalho na SEE, no sentido de mostrar que a prioridade é a aprendizagem dos alunos  
37 e é necessário um esforço muito grande para que as escolas tenham uma rotina de  
38 fazer o que está articulado com essa aprendizagem, o que está definido no currículo e  
39 avaliar tudo isso – avaliar para ter resultados efetivos que apresentem *feedback* para a  
40 gestão pedagógica. A **Cons<sup>a</sup> Maria Lúcia Franco Montoro Jens** disse que é preciso  
41 que as políticas públicas tenham continuidade e sua proposta seria no sentido de se  
42 tentar fazer uma reflexão sobre o que está dando certo e de que maneira dar  
43 continuidade a esse aspecto. Sobre o Programa de Ensino Integral disse que nunca viu  
44 elementos mais divergentes, em termos conceituais, do que aos que se referem a ele.  
45 Comentou que infelizmente uma grande parte das pessoas desconhecem a dinâmica e  
46 a proposta de integralidade de diferentes matérias. A **Presidência** cumprimentou o  
47 esforço feito pelo estado através da sua Secretaria, de seus membros tanto daqui  
48 quanto das diretorias de ensino, no sentido de dar uma orientação na dinâmica  
49 curricular que ajude o trabalho nas escolas e ao tempo propiciando uma certa  
50 equalização nas aprendizagens. Explicou que diz isso porque foi cometido um crime de  
51 lesa-formação, quando nos anos 80, foi abandonado totalmente a orientação curricular  
52 das escolas e se pregou o abandono do livro didático. Comentou que aprendizagem  
53 não é coisa simples. Depende de uma ação intensa entre adultos, jovens e crianças

1 com uma relação à medida que crescem e se desenvolvem. O efeito de políticas  
2 educacionais realmente só tem resultado quando há continuidade e a pergunta que fica  
3 é – quando a Educação vai ser realmente uma política de Estado e não de partido de  
4 interesses particulares? A Senhora Presidente a respeito dos conceitos ensino integral  
5 e tempo integral, disse que a ideia é a da Educação integral com currículos, com  
6 apoios pedagógicos, com formação adequada dos professores. Pode ser num grande  
7 tempo ou num pequeno tempo – a questão é você ter uma concepção de educação  
8 integral. O **Cons. Francisco Antonio Poli** sugeriu que ficasse registrado em Ata a  
9 terminologia “Programa de Ensino Integral” quando a referência fosse ao projeto da  
10 SEE. Sugeriu também uma Moção de Aplauso ao trabalho da Cons<sup>a</sup> Ghisleine Trigo  
11 Silveira e sua equipe. A Senhora **Presidente** sugeriu que essa Moção fosse estendida  
12 aos professores da rede, porque se eles não aderissem a esse trabalho, certamente, o  
13 mesmo não teria êxito. Como último item do expediente, a senhora Presidente passou  
14 a palavra ao **Cons. Décio Lencioni Machado** para que falasse a respeito da minuta  
15 em relação à “Escola Sem Partido” e “Escola Com Liberdade”. O Cons. Décio disse  
16 que procurou retratar no texto, além de sua opinião pessoal, a opinião dos demais  
17 conselheiros que já haviam se manifestado sobre o assunto. Disse que encaminhou o  
18 texto ao Cons. Hubert Alquéres, trocaram algumas ideias e em seguida a Minuta foi  
19 encaminhada à Presidência para providências. A **Presidência** disse que o documento  
20 foi enviado a todos os Conselheiros e que pautaria o assunto para a próxima sessão  
21 para encaminhamento final. **04. PALAVRA ABERTA AOS CONSELHEIROS:** não  
22 houve manifestação. **MATÉRIA DELEGADA: 5.1)** Indicação de Especialistas da CEB e  
23 da CES para os **Procs. CEE n.ºs 279/2014; 079/2010; 080/2011; 100/2015; 156/2011;**  
24 **179/2001; 336/2007; 429/2005; 537/2001; 541/2001; 681/2000; e 163/2015. 5.2)**  
25 **Pareceres aprovados na CES em 31-8-16, nos termos da Deliberação CEE nº 30/03.**  
26 **Proc. CEE 022/2016** \_ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza /  
27 FATEC São Carlos. **Parecer 271/16** \_ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo  
28 Cons. Jacintho Del Vecchio Junior. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na  
29 Deliberação CEE nº 99/2010, o pedido de Reconhecimento do Curso Superior de  
30 Tecnologia em Gestão Empresarial, oferecido pela FATEC São Carlos, do Centro  
31 Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, pelo prazo de três anos. 2.2 O  
32 presente reconhecimento tornar-se-á efetivo por ato próprio deste Conselho, após  
33 homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. **Proc. CEE**  
34 **128/2016** \_ Escola Superior de Advocacia da OAB / Núcleo Guarulhos. **Parecer**  
35 **272/16** \_ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Roque Theophilo  
36 Júnior. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE nº 108/2011,  
37 as alterações propostas no Projeto do Curso de Especialização em Direito Civil e  
38 Processual Civil, aprovado pelo Parecer CEE nº 593/2006, bem como acolhe-se pleito  
39 de nova turma a ser oferecido no Núcleo Guarulhos, da Escola Superior de Advocacia  
40 da OAB, em 2016, com total de sessenta vagas. 2.2 A Instituição deverá elaborar  
41 Relatório Final circunstanciado sobre o Curso, mantendo-o em seus arquivos para  
42 efeito de futura avaliação deste Conselho. **Proc. CEE 248/2015** \_ Centro Estadual de  
43 Educação Tecnológica Paula Souza / FATEC Carapicuíba. **Parecer 273/16** \_ da  
44 Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Jacintho Del Vecchio Junior.  
45 Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE nº 99/2010, o pedido  
46 de Renovação do Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Jogos  
47 Digitais, oferecido pela FATEC Carapicuíba, do Centro Estadual de Educação  
48 Tecnológica Paula Souza, pelo prazo de três anos. 2.2 A Instituição deverá observar as  
49 recomendações elencadas pelos Especialistas e pelo Relator, como oportunidades de  
50 melhoria, com a finalidade de aperfeiçoar a qualidade do Curso oferecido. 2.3 A  
51 presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste  
52 Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.  
53 **06) PAUTA:** Deliberações da 2613<sup>a</sup>, Sessão Plenária realizada em 14-9-2016. **Proc. CEE**

1 **638/02** Reautuado em 16/11/15 \_ Colégio Técnico de Campinas – COTUCA /  
2 UNICAMP. O **Parecer 274/16** \_ da Câmara de Educação Básica, relatado pela Cons<sup>a</sup>.  
3 Ghisleine Trigo Silveira, foi aprovado por unanimidade. Deliberação: **2.1** Aprovam-se as  
4 alterações no Plano de Curso de Técnico em Meio Ambiente, do Colégio Técnico de  
5 Campinas – COTUCA / UNICAMP, adequado à Deliberação CEE Nº 105/11. **2.2** Envie-  
6 se cópia deste Parecer ao Interessado, à DER Campinas Leste, à Coordenadoria de  
7 Gestão da Educação Básica – CGEB e à Coordenadoria de Informação,  
8 Monitoramento e Avaliação Educacional - CIMA. **Proc. CEE 163/16** \_ Teresa Aparecida  
9 Zuanazzi Sergio Soares. O **Parecer 275/16** \_ da Câmara de Educação Básica, relatado  
10 pela Cons<sup>a</sup>. Sylvia Gouvêa, foi aprovado por unanimidade. Deliberação: **2.1** Autoriza-  
11 se, em caráter excepcional, a rematrícula dos alunos Israel Zuanazzi Sergio Soares,  
12 Nathan Zuanazzi Sergio Soares e Daniel Zuanazzi Sergio Soares, no 1º ano do Ensino  
13 Fundamental, no ano letivo de 2017, no Colégio Salesiano Santa Teresinha. **2.2** Envie-  
14 se cópia deste Parecer aos responsáveis pelos alunos, ao Colégio Salesiano Santa  
15 Teresinha, à DER Centro, à Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB, à  
16 Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional – CIMA. **Proc.**  
17 **CEE 222/2015** \_ Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. **Parecer 276/16** \_  
18 da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Roque Theophilo Júnior, foi  
19 aprovado por unanimidade. Deliberação: **2.1** Aprova-se, com fundamento na  
20 Deliberação CEE nº 102/2010, o pedido de Aprovação do Projeto do Curso de  
21 Fisioterapia, da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, com vinte vagas, de  
22 acordo com o presente voto, acolhendo as propostas da Comissão de Especialistas.  
23 **2.2** Para a autorização de funcionamento do Curso, a Instituição deverá solicitar a este  
24 Conselho no prazo de um ano, com possibilidade de prorrogação por igual período, a  
25 visita de Especialistas às suas instalações para a verificação do cumprimento dos  
26 termos de compromisso e para a elaboração de Relatório circunstanciado, nos termos  
27 da Deliberação CEE nº 102/2010, reiterando-se que até essa aprovação a Instituição  
28 não poderá realizar processo seletivo para o Curso citado. **2.3** A presente aprovação  
29 tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer  
30 pela Secretaria de Estado da Educação. **Proc. CEE 281/2015** \_ Instituto de Educação  
31 e Ensino Superior de Campinas. **Parecer 277/16** \_ da Câmara de Educação Superior,  
32 relatado pela Cons<sup>a</sup>. Maria Cristina Barbosa Storopoli, foi aprovado por unanimidade.  
33 Deliberação: **2.1** Aprova-se, nos termos da Deliberação CEE nº 112/2012, o Curso de  
34 Especialização em Educação Especial: Deficiência Auditiva, mantido pelo Instituto de  
35 Educação e Ensino Superior de Campinas, com até vinte e cinco vagas. **2.2** Com a  
36 finalidade de assegurar o cumprimento do disposto no artigo 6º da referida  
37 Deliberação, o Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas deverá remeter a  
38 este Conselho: **2.2.1** relação de alunos matriculados em cada turma, até o número  
39 máximo de vagas aprovadas, no prazo de até 30 dias após o início das aulas. Esta  
40 relação deve conter o nome, curso de graduação, o endereço e localidade; **2.2.2**  
41 relação de alunos concluintes, no prazo de até 30 dias contados da data do término  
42 das aulas; a partir dessas informações, a Câmara de Educação Superior disponibilizará  
43 ao sistema estadual de ensino o rol de profissionais habilitados nesse Curso. **2.3** Ao  
44 final de cada turma, a Instituição deverá elaborar Relatório Final circunstanciado sobre  
45 o Curso, mantendo-o em seus arquivos para efeito de futura avaliação deste Conselho.  
46 Nada mais havendo a tratar, às onze horas e dez minutos, a Senhora Presidente  
47 declarou encerrada a Sessão. Eu, Aurea Maia Egéa, lavrei, datei e assinei a presente  
48 Ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 14 de  
49 setembro de 2016.....  
50 Bernardete Angelina Gatti.....  
51 Ana Amélia Inoue.....  
52 Débora Gonzalez Costa Blanco.....  
53 Décio Lencioni Machado.....

|    |                                              |
|----|----------------------------------------------|
| 1  | Francisco Antonio Poli.....                  |
| 2  | Francisco de Assis Carvalho Arten.....       |
| 3  | Ghisleine Trigo Silveira.....                |
| 4  | Guiomar Namó de Mello.....                   |
| 5  | Hubert Alquères.....                         |
| 6  | Jacintho Del Vecchio Júnior.....             |
| 7  | Jair Ribeiro da Silva Neto.....              |
| 8  | João Otávio Bastos Junqueira.....            |
| 9  | José Rui Camargo.....                        |
| 10 | Laura Laganá.....                            |
| 11 | Luís Carlos de Menezes.....                  |
| 12 | Maria Cristina Barbosa Storópoli.....        |
| 13 | Maria Elisa Ehrhardt Carbonari.....          |
| 14 | Roque Theóphilo Júnior.....                  |
| 15 | Maria Lúcia Franco Montoro Jens.....         |
| 16 | Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede..... |
| 17 | Sylvia Figueiredo Gouvêa .....               |